

AGROECOLOGIA COMO TECNOLOGIA SOCIAL: CAMINHOS DE INTEGRAÇÃO TERRITORIAL INSPIRADOS NA EXPERIÊNCIA DE MIGRANTES EM CURITIBA (2020–2024)

Wilzort Cenatus¹

GT: 5 – Desenvolvimento Territorial e Transição Agroecológica

Resumo

Este trabalho discute a agroecologia como tecnologia social aplicada à integração de migrantes em contextos urbanos. A reflexão surge a partir das vivências organizadas por grupos de migrantes haitianos na região metropolitana de Curitiba (PR), que, entre 2020 e 2024, desenvolveram estratégias comunitárias de produção agroecológica, formação cidadã e geração de renda. Justifica-se pela necessidade de fomentar a compreensão sobre a agroecologia para além da produção rural, e reconhecer seu potencial integrador e intercultural em territórios urbanos e suas desigualdades e exclusão social. O objetivo principal é refletir, em perspectiva teórica, como a agroecologia pode somar para o fortalecimento dos vínculos comunitários, a inserção socioproductiva e o reconhecimento territorial de populações migrantes em situação de vulnerabilidade. A metodologia é qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise teórico-conceitual, em paralelo a registros institucionais e documentos sistematizados das experiências vividas. Os resultados apontam que práticas agroecológicas urbanas organizadas de forma coletiva fortalecem segurança alimentar, o protagonismo social e a construção de pertencimento e a reafirmação de identidades culturais. Considera-se que, com práticas sustentáveis com organização comunitária, a agroecologia se consolida como uma estratégia para políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável e à integração de grupos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Agroecologia urbana; Desenvolvimento territorial; Integração de migrantes; Políticas interculturais; Tecnologias sociais.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os grandes centros urbanos brasileiros passaram a vivenciar um crescimento da população migrante, sobretudo de origem haitiana, venezuelana, cubana, senegalesa e congolosa. Em Curitiba (PR), comunidades migrantes constituem novas territorialidades, mas nem sempre são reconhecidas pelas políticas públicas urbanas. A presença desses grupos desafia a lógica excludente dos espaços metropolitanos e demonstra a urgência de estratégias de integração que articulem sustentabilidade, pertencimento e justiça social.

¹ Graduado em Tecnologia em Logística pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e graduando em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: willcenat1993@gmail.com. Orcid: 0009-0000-3371-1421.

A integração socioprodutiva de migrantes em meio urbano enfrenta múltiplos obstáculos, entre os quais se destacam: barreiras linguísticas e burocráticas, precarização do trabalho, ausência de políticas habitacionais, insegurança alimentar e a invisibilidade institucional que atinge essas populações. A agroecologia emerge como uma possibilidade de reconstrução de vínculos com o território, de forma coletiva, autônoma e sustentável. Ela representa uma tecnologia social que se ancora em princípios éticos, ecológicos e políticos, voltados à transformação das relações sociais e ambientais (Altieri, 2012; Balem; Silveira, 2019).

A proposta agroecológica, ao ser apropriada por sujeitos historicamente marginalizados, como é o caso de migrantes em situação de vulnerabilidade, assume um papel estratégico na reconstrução de redes comunitárias, no fortalecimento da soberania alimentar e na valorização de saberes tradicionais. Como destaca a CIDSE (2018), a agroecologia cria sistemas alimentares justos, resilientes e culturalmente apropriados, em suas dimensões técnicas e políticas, de maneira integrada. Nesse mesmo sentido, Carneiro et al. (2015) enfatizam que as práticas agroecológicas só se consolidam quando associadas a processos educativos, organizativos e territoriais baseados na justiça socioambiental.

No contexto curitibano, entre os anos de 2020 e 2024, grupos de migrantes haitianos articularam vivências coletivas de produção agroecológica urbana, buscando geração de renda, segurança alimentar e fortalecimento identitário. Parte desses processos foi registrada em sistematizações anteriores (Cenatus, 2020), realizadas no contexto das ações desenvolvidas na região metropolitana de Curitiba, e incorporaram ações de formação política, interculturalidade e articulação em rede, demonstrando o potencial da agroecologia como vetor de inclusão.

Este artigo analisa as práticas desenvolvidas nos territórios do Bairro Novo e do CIC-Sul, em Curitiba, entre 2020 e 2024, organizadas pelos coletivos Coletivo Haitiano de Agroecologia e Resistência (CHAR), Associação Sociocultural Haiti do Brasil (ASCHB) e Grupo de Mulheres Haitianas de Curitiba. Estes foram responsáveis pela implantação de hortas comunitárias, oficinas formativas e feiras de economia solidária, em articulação com movimentos sociais e universidades.

A escolha por investigar essa temática justifica-se pela necessidade de uma compreensão crítica sobre os processos de exclusão urbana que afetam os migrantes, em específico quanto ao seu apagamento nas políticas de desenvolvimento territorial. Ainda que o direito à cidade e à produção de alimentos saudáveis esteja presente no discurso

institucional, as práticas concretas nem sempre acolhem os sujeitos migrantes como protagonistas desses processos.

O presente artigo está inserido neste contexto, e tem como objetivo geral analisar o potencial da agroecologia como estratégia integradora de migrantes em contexto urbano, com base nas experiências realizadas por grupos haitianos em Curitiba, no período de 2020 a 2024. A proposta é teórico-reflexivo, ancorada na articulação entre bibliografia especializada e documentos institucionais das práticas vividas. Partindo do pressuposto de que a agroecologia é uma tecnologia social, busca-se contribuir para o debate sobre políticas públicas interculturais e sustentáveis, voltadas à construção de cidades mais justas e inclusivas.

2 METODOLOGIA

Este estudo é qualitativo, voltada à compreensão crítica de experiências socioterritoriais protagonizadas por migrantes haitianos na cidade de Curitiba (PR), entre os anos de 2020 e 2024. Parte-se da premissa de que tais vivências, por estarem inseridas em contextos de vulnerabilidade urbana e invisibilidade institucional, exigem um olhar metodológico sensível aos processos, trajetórias e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos.

O percurso metodológico articula dois eixos principais: a revisão bibliográfica de base crítica e a análise documental das práticas vivenciadas. A revisão foi construída a partir da leitura e seleção de autores que dialogam com os fundamentos da agroecologia crítica, das tecnologias sociais e da justiça territorial, entre eles Altieri (2012), Balem e Silveira (2019), CIDSE (2018) e Carneiro et al. (2015). Esses referenciais estabelecem as bases teóricas para interpretar as experiências agroecológicas como práticas produtivas, e como ações políticas e comunitárias.

A análise documental, por sua vez, concentrou-se em materiais produzidos no âmbito das experiências agroecológicas realizadas por migrantes haitianos na região metropolitana de Curitiba, especialmente em áreas de ocupação urbana e em redes de agricultura urbana solidária. Foram utilizados registros institucionais, relatórios de oficinas, roteiros de formações e sínteses de reuniões comunitárias elaboradas pelos próprios participantes entre 2020 e 2024, no âmbito de projetos de extensão universitária e iniciativas comunitárias autônomas. Esses documentos foram organizados, lidos e interpretados à luz da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), com foco na

identificação de núcleos de sentido relacionados à construção de pertencimento, inserção socioproductiva e articulação política.

A escolha por privilegiar fontes primárias oriundas das próprias comunidades migrantes justifica-se pelo compromisso com uma epistemologia situada, que reconhece os saberes locais e valoriza o protagonismo dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, o artigo também assume o lugar dos autores enquanto coautores das experiências descritas, uma vez que participaram de sua construção e sistematização, em diálogo com diferentes atores sociais e instituições parceiras.

Quanto ao recorte espacial, o estudo está ancorado em experiências realizadas nos bairros periféricos de Curitiba e municípios vizinhos como Almirante Tamandaré e Piraquara, onde se concentraram as iniciativas de hortas comunitárias, feiras agroecológicas e oficinas formativas organizadas por coletivos migrantes. Esses territórios, marcados desassistência estatal, foram ressignificados a partir de práticas agroecológicas integradoras, tornando-se referência para a construção de alternativas sustentáveis e interculturais no contexto urbano.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 EXPRESSÕES TERRITORIAIS DA AGROECOLOGIA ENTRE MIGRANTES HAITIANOS EM CURITIBA

As iniciativas agroecológicas organizadas por migrantes haitianos em Curitiba, entre os anos de 2020 e 2024, mostram a articulação entre práticas sustentáveis e processos de integração territorial em contextos urbanos. A produção de alimentos, mediada por saberes tradicionais e técnicas de base ecológica, incentivou a geração de vínculos comunitários, o fortalecimento identitário e o acesso a espaços de formação e renda. Essas ações não ocorreram de forma isolada, mas foram impulsionadas por organizações migrantes, em cooperação com redes locais de apoio, universidades, entidades religiosas e movimentos sociais urbanos.

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos eixos de ação desenvolvidos nas três principais frentes de trabalho construídas pelos coletivos migrantes analisados: hortas comunitárias, oficinas formativas e feiras de economia solidária.

Tabela 1 – Eixos de ação agroecológica promovidos por coletivos migrantes haitianos (2020–2024)

Eixo de ação	Ações desenvolvidas	Impactos observados
Hortas comunitárias	Cultivo coletivo em terrenos cedidos por igrejas e escolas	Fortalecimento da segurança alimentar e do pertencimento territorial
Oficinas formativas	Cursos sobre compostagem, sementes crioulas e cooperativismo	Formação técnica e valorização de saberes tradicionais
Feiras de economia solidária	Comercialização de produtos agroecológicos em espaços comunitários	Geração de renda, visibilidade cultural e autonomia financeira

Fonte: o autor (2025).

Além dos dados qualitativos sistematizados por meio de entrevistas, atas e registros institucionais, um levantamento realizado entre novembro de 2022 e julho de 2024 identificou os principais produtos cultivados nas hortas comunitárias e sua finalidade predominante. Os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Produtos cultivados em hortas comunitárias e destinação principal

Produto cultivado	Frequência de cultivo	Destinação predominante
Alface e folhas verdes	Alta	Consumo das famílias
Batata-doce e mandioca	Média	Doação a famílias migrantes
Pimentas e temperos	Média	Comercialização em feiras
Plantas medicinais	Baixa	Uso cultural e religioso

Fonte: o autor (2025).

A análise das experiências mostra que as hortas se consolidaram como territórios de memória, acolhimento e recriação de vínculos identitários. Isso vai de encontro ao que aponta Altieri (2012), que a agroecologia crítica ultrapassa o campo técnico e se afirma como projeto político-cultural de revalorização dos modos de vida populares. No caso migrante, esse aspecto é ainda mais visível, pois a prática agrícola urbana se articula à luta por visibilidade, inclusão e cidadania. Os dados indicam que mais de 80 famílias

participaram das ações agroecológicas, e ao menos 250 pessoas foram envolvidas de forma indireta em atividades comunitárias e de formação².

3.2 IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DAS AÇÕES AGROECOLÓGICAS ENTRE MIGRANTES

As experiências agroecológicas organizadas por migrantes haitianos em Curitiba, entre 2020 e 2024, demonstraram efeitos na dimensão socioterritorial. Os impactos não se limitaram à produção de alimentos, mas alcançaram aspectos fundamentais como o fortalecimento das redes comunitárias, a criação de repertórios interculturais e a ampliação do acesso a direitos em contextos urbanos periféricos. A prática agroecológica, na medida em que é parte do cotidiano dos participantes, se configura como uma estratégia de resistência e de visibilidade política dos migrantes nos territórios em que habitam.

Entre os principais efeitos observados, destaca-se a reconstrução do pertencimento territorial, um elemento fundamental para populações deslocadas. As hortas e feiras, por exemplo, tornaram-se espaços de sociabilidade e de reafirmação identitária, onde os saberes agrícolas ancestrais foram compartilhados com outras comunidades e com parceiros locais. Como destacam Balem e Silveira (2019), as tecnologias sociais ganham força quando articuladas a processos coletivos que reconhecem os sujeitos como protagonistas de suas histórias. Nesse caso, a apropriação da agroecologia gerou novas formas de ocupação do espaço urbano, desafiando a lógica segregadora das cidades.

Outro impacto diz respeito à criação de redes de apoio e cooperação, impulsionadas pela articulação entre coletivos migrantes, movimentos sociais e instituições acadêmicas. Essas redes foram decisivas para a consolidação das feiras de economia solidária e para a realização das oficinas formativas, para a circulação de conhecimentos, produtos e pessoas. Segundo Carneiro et al. (2015), a agroecologia deve ser entendida como uma prática territorializada, sustentada por relações de reciprocidade, solidariedade e corresponsabilidade — elementos centrais também identificados nas iniciativas analisadas.

² Dados sistematizados pelo autor, com base em atas, listas de presença e registros de campo das atividades realizadas entre 2022 e 2024 nas comunidades migrantes de Curitiba e região metropolitana, e registrados no Trabalho de Conclusão de Curso de Cenatus (2024).

Observa-se, ainda, que a presença migrante nos espaços urbanos foi ressignificada a partir dessas práticas. A realização de oficinas bilíngues, o cultivo de espécies tradicionais haitianas e a mediação cultural nos espaços de comercialização demonstram que a agroecologia também atua como linguagem simbólica, onde as identidades culturais são expressas, reconhecidas e valorizadas. Com base nisso, a Tabela 3 apresenta uma síntese dos impactos observados nas experiências agroecológicas analisadas.

Tabela 3 – Impactos socioterritoriais das ações agroecológicas realizadas entre 2020 e 2024

Dimensão de impacto	Evidências observadas
Pertencimento territorial	Criação de hortas comunitárias como espaços de convivência e identidade
Redes de cooperação	Parcerias com universidades, coletivos locais e movimentos sociais
Soberania alimentar	Produção de alimentos sem agrotóxicos para consumo das famílias migrantes
Reconhecimento cultural	Cultivo de plantas tradicionais e organização de feiras com identidade haitiana
Formação e cidadania	Realização de oficinas sobre agroecologia, cooperativismo e direitos territoriais

Fonte: o autor (2024).

Esses dados demonstram que a agroecologia, apropriada como prática social e política, soma para romper o ciclo de invisibilidade que historicamente atinge os migrantes em contexto urbano. Os resultados, ainda que locais e situados, mostram a importância de pensar políticas públicas que reconheçam o potencial integrador dessas ações para a construção de cidades sustentáveis e democráticas.

3.2 A AGROECOLOGIA COMO CONSTRUÇÃO POLÍTICA EM CONTEXTOS DE MIGRAÇÃO

As experiências agroecológicas protagonizadas por migrantes haitianos em Curitiba entre 2020 e 2024 demonstram que a agroecologia não pode ser compreendida apenas como um conjunto de práticas agrícolas sustentáveis. Trata-se de um processo social e político que tensiona as formas convencionais de organização urbana, reivindicando espaços, visibilidade e reconhecimento para grupos historicamente marginalizados. Ao ocupar terrenos ociosos, criar redes de apoio e desenvolver estratégias coletivas de formação e subsistência, os coletivos migrantes constroem um projeto de pertencimento que é, ao mesmo tempo, ecológico, cultural e político.

Nesse sentido, a agroecologia se insere como uma tecnologia social que articula conhecimentos tradicionais, organização popular e inovação prática. Segundo Balem e Silveira (2019), tecnologias sociais são instrumentos transformadores que emergem de demandas coletivas e se estruturam por meio da participação direta dos sujeitos. No contexto migrante, isso se traduz em formas de resistência à precarização, à exclusão territorial e à invisibilidade institucional. A escolha por cultivar, organizar feiras ou ofertar oficinas não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas uma afirmação de cidadania.

Altieri (2012) argumenta que a agroecologia crítica se fundamenta na soberania dos povos sobre seus sistemas alimentares e modos de vida. Essa soberania, quando exercida por migrantes em território urbano, desafia as hierarquias estabelecidas sobre quem tem direito à terra, à cidade e à memória. É nesse ponto que a prática agroecológica se conecta com a construção de uma epistemologia situada: saberes forjados na experiência, que confrontam a lógica dominante do desenvolvimento urbano e propõem alternativas baseadas na cooperação e na sustentabilidade.

A articulação com redes de apoio, como movimentos sociais urbanos, universidades e comunidades de fé, reforça essa dimensão política da agroecologia. A construção de espaços formativos interculturais e a presença ativa dos migrantes nos fóruns de debate sobre alimentação, meio ambiente e inclusão são indícios da potência organizativa dessas experiências. Como destaca a CIDSE (2018), a agroecologia se consolida quando conecta dimensões técnicas e políticas, rompendo com a fragmentação dos saberes e promovendo justiça social.

A participação direta dos próprios autores deste artigo nas atividades analisadas confere à pesquisa uma perspectiva de coautoria dos processos, na qual o papel do pesquisador se entrelaça com o do educador popular e do articulador comunitário. Essa posição nos permite afirmar que a agroecologia, no contexto das migrações, constitui-se

como uma ferramenta de transformação social: reconfigura os modos de produção, reorganiza as formas de convivência e inaugura possibilidades concretas de emancipação.

3.3 DIÁLOGOS COM POLÍTICAS PÚBLICAS E MARCOS LEGAIS

A análise das práticas agroecológicas organizadas por coletivos migrantes em Curitiba apresenta tensões e aproximações com políticas públicas que tratam de segurança alimentar, agricultura urbana, migração e tecnologias sociais. Embora haja uma convergência entre os objetivos das ações desenvolvidas e as diretrizes legais vigentes, observa-se fragilidade estrutural na efetiva inclusão das populações migrantes como sujeitos de direitos nessas políticas.

No campo da agricultura urbana, por exemplo, o Decreto Municipal nº 1.389/2020 institui o Programa de Hortas Urbanas de Curitiba, mas não prevê ações específicas voltadas à população migrante. Da mesma forma, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), renovado em 2016, destaca a importância de práticas sustentáveis em territórios vulneráveis, mas não explicita diretrizes para grupos migrantes em áreas urbanas. Já a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006) enfrenta problemas práticos de implementação nos territórios periféricos, mais ainda quando envolve populações não reconhecidas institucionalmente.

No campo migratório, a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração) afirma o direito à cidade e à participação social para migrantes, mas sua implementação local esbarra na ausência de mecanismos de articulação intersetorial. Na prática, as experiências aqui analisadas indicam que a efetivação desses direitos ocorre, muitas vezes, por meio da ação dos próprios sujeitos migrantes, em articulação com organizações parceiras.

A Tabela 4 resume os principais marcos legais relacionados à temática e analisa suas convergências e problemáticas frente às práticas vividas em Curitiba.

Tabela 4 – Políticas públicas e marcos legais relacionados às práticas agroecológicas migrantes

Política/Norma	Âmbito	Convergência com a prática	Fragilidades identificadas
Lei nº 11.346/2006 – Política Nacional de SAN	Federal	Segurança alimentar como direito humano	Ausência de ações voltadas a migrantes urbanos

Lei nº 13.445/2017 – Lei de Migração	Federal	Direito à cidade e à participação social	Falta de articulação intersetorial nos municípios
Decreto nº 1.389/2020 – Hortas Urbanas Curitiba	Municipal	Apoio à agricultura urbana	Invisibilidade da população migrante
PLANAPO (2016–2019)	Federal	Incentivo à agroecologia em territórios vulneráveis	Foco rural; não contempla migrantes urbanos
Marco Legal das Tecnologias Sociais (MCTI)	Federal	Valorização da inovação social comunitária	Ausência de políticas locais específicas

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Com esses dados nota-se que, embora exista uma base normativa que poderia sustentar ações integradoras como as vividas em Curitiba, sua efetividade depende de vontade política e reconhecimento institucional dos sujeitos migrantes como agentes legítimos de transformação territorial. A articulação entre práticas de base comunitária e o campo normativo permanece, portanto, um desafio e uma oportunidade para a construção de políticas públicas mais inclusivas, sustentáveis e interculturais.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A agroecologia, em sua vertente crítica, configura-se como uma metodologia sistêmica que articula produção sustentável de alimentos, justiça social e autonomia dos sujeitos envolvidos nos processos produtivos. Altieri (2012) lembra que a agroecologia deve ser compreendida como um paradigma alternativo de desenvolvimento, centrado na diversidade biológica, na equidade e na valorização dos saberes populares. A proposta agroecológica, nesse sentido, atua na direção da transformação dos territórios, com práticas de resistência frente aos modelos convencionais de produção e exclusão.

Nesse marco teórico, a agroecologia também é compreendida como uma forma de tecnologia social. Balem e Silveira (2019) destacam que tecnologias sociais são soluções criadas a partir da articulação entre conhecimento técnico e saberes comunitários, voltadas à resolução de problemas reais das populações em situação de vulnerabilidade. A agroecologia, apropriada por sujeitos historicamente marginalizados, transforma-se em

um instrumento de emancipação, pois potencializa a autonomia alimentar, o protagonismo coletivo e a reapropriação dos espaços urbanos.

A CIDSE (2018), rede internacional de organizações católicas voltadas à justiça social, lembra dessa perspectiva quando define a agroecologia como um caminho para a soberania alimentar e para a construção de sistemas resilientes, democráticos e culturalmente apropriados. Segundo a organização, práticas agroecológicas devem ser compreendidas como estratégias integradas que combinam transformação técnica e ação política.

No contexto brasileiro, Carneiro et al. (2015) apontam que experiências agroecológicas urbanas ganham relevância por se ancorarem em processos coletivos de formação política e articulação territorial. O fortalecimento de redes comunitárias, feiras solidárias, hortas urbanas e oficinas formativas são exemplos de práticas que ultrapassam a lógica do cultivo para assumir um papel pedagógico e político. Essas iniciativas somam na construção de pertencimento e o enfrentamento das desigualdades estruturais nos centros urbanos, principalmente quando envolvem populações tradicionalmente excluídas das políticas de desenvolvimento.

A discussão sobre políticas públicas voltadas à agroecologia e à inclusão de populações migrantes deve considerar os marcos legais vigentes. A Lei nº 11.346/2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), reconhece a alimentação como um direito humano e aponta para a necessidade de garantir condições dignas de acesso a alimentos saudáveis. Essa legislação é reforçada pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que orienta ações integradas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Em paralelo, a Lei nº 13.445/2017 — conhecida como Lei de Migração — estabelece princípios de igualdade, integração e respeito à diversidade, sendo base jurídica para ações voltadas à inclusão de migrantes.

Ainda no plano local, o Decreto Municipal nº 1.389/2020, que institui o Programa de Hortas Urbanas em Curitiba, estabelece diretrizes para o uso de terrenos urbanos ociosos com finalidade agroecológica e comunitária. Esses instrumentos legais criam oportunidades para que práticas protagonizadas por coletivos migrantes se legitimem e ampliem sua atuação. No entanto, como demonstra este estudo, persistem fragilidades entre o arcabouço normativo e a efetivação concreta de políticas que reconheçam e apoiem a organização social de migrantes nos territórios.

O Marco Legal das Tecnologias Sociais (Lei nº 13.243/2016), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, reconhece a importância das inovações

construídas de forma coletiva como elementos estruturantes para o desenvolvimento sustentável. Essa legislação respalda projetos que valorizam o saber local e promovem soluções autônomas, democráticas e inclusivas — princípios centrais das práticas agroecológicas desenvolvidas por migrantes haitianos nos territórios periféricos de Curitiba.

5 CONCLUSÃO

A análise das experiências agroecológicas desenvolvidas por coletivos migrantes haitianos em Curitiba entre 2020 e 2024 trouxe a compreensão da agroecologia urbana como uma estratégia de integração socioterritorial, geração de renda e fortalecimento de vínculos comunitários. Essas práticas, mesmo invisibilizadas pelas políticas públicas tradicionais, mostram que é possível construir alternativas sustentáveis, com base na cooperação, justiça social e na valorização dos saberes populares.

O estudo mostrou que, ao serem apropriadas por grupos historicamente marginalizados, práticas agroecológicas deixam de ser meramente produtivas e se tornam ações políticas, educativas e culturais. Hortas comunitárias, feiras de economia solidária e oficinas formativas geram alimentos e recursos, e principalmente, constroem pertencimento, recriam memórias e afirmam identidades coletivas.

Do ponto de vista teórico, a agroecologia crítica, fundamentada em autores como Altieri (2012) e Carneiro et al. (2015), oferece uma chave interpretativa para reconhecer essas práticas como tecnologias sociais, capazes de transformar a realidade de sujeitos e territórios. O cruzamento entre produção sustentável, formação cidadã e articulação em rede reafirma o papel da agroecologia como um vetor de justiça territorial e inclusão urbana.

Apesar da existência de marcos legais que sustentam tanto o direito à alimentação quanto os direitos dos migrantes — como o SISAN, o PLANAPO e a Lei de Migração —, a distância entre a legislação e a realidade concreta ainda é grande. Os dados sistematizados mostram a necessidade de políticas públicas mais sensíveis à interculturalidade e aos contextos periféricos, capazes de apoiar, reconhecer e institucionalizar as ações que já vêm sendo realizadas pelas próprias comunidades.

Conclui-se que as experiências analisadas representam uma resposta à vulnerabilidade social, e também uma proposta de reorganização territorial, protagonizada por sujeitos migrantes. Assumindo a agroecologia como caminho de luta

e reconstrução coletiva, esses grupos demonstram que outra cidade é possível — mais justa e democrática. Espera-se que este estudo some para o fortalecimento de políticas interculturais e o reconhecimento das práticas migrantes como parte legítima do desenvolvimento territorial sustentável no Brasil.

Referências

ALFAIA, Sonia Sena et al. **Cartilha para produtores rurais: princípios agroecológicos para o manejo ecológico do solo e a saúde das áreas produtivas.**

Manaus: Editora INPA, 2018. 24 p. Disponível em:

https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/4752/1/principios_agroecologicos.pdf.

Acesso em: 28 nov. 2024.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLIS, Clara I. **Agroecology and the Search for a Truly Sustainable Agriculture. Environmental Training Network for Latin America and the Caribbean,** 2005. Disponível em: <https://www.agroeco.org/doc/agroecology-engl-PNUMA.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). **Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia: sistematização de experiências.** Rio de Janeiro: FASE, 2010. Disponível em: <https://ibeasa.org/wp-content/uploads/2021/01/Soberania-e-Seguranca-Alimentar-na-Construcao-da-Agroecologia.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2024.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. **Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública.** Santa Maria: UFSM, 2019. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/519/2019/10/01.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BEZERRA, Islandia; SCHNEIDER, Sergio. **Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. Segurança Alimentar e Nutricional,** Campinas, SP, v. 15, n. 20, p. 35–61, jan./jun. 2012.

Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/891.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 18 set. 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 25 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO 2016–2019.** Brasília, DF: MDA, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/planapo>. Acesso em: 04 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016) e políticas públicas para tecnologias sociais**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti>. Acesso em: 04 jul. 2025.

BRYM, Zachary T.; REEVE, Jennifer R. Agroecological principles from a bibliographic analysis of the term agroecology. In: LICHTFOUSE, E. (ed.). **Sustainable Agriculture Reviews**, v. 19. Cham: Springer, 2016. p. 203–231. Disponível em: https://trec-agroecology.github.io/introducing-agroecology/materials/BrymANDReeve_2016.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2002.

CENATUS, Wilzort. Agroecologia como ferramenta para a concepção de políticas públicas: integração socioeconômica e cultural de migrantes no Brasil. In: GEDIEL, José Antônio Peres; FRIEDRICH, Tatyana Scheila (org.). **Movimentos, memórias e refúgio: ensaios sobre as boas práticas da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR) na Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: Inverso, 2020.

CENATUS, Wilzort. **Relatório de atividades de 2023-2024**. Associação União da Comunidade dos Estudantes e Profissionais Haitianos (UCEPH), 2024.

CIDSE. **Os princípios da agroecologia: rumo a sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis**. Bruxelas, 2018. Disponível em: https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2018/04/PT_Os_Principios_da_Agroecologia_CIDSE_2018.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

CURITIBA (Município). **Decreto nº 1.389, de 22 de julho de 2020**. Institui o Programa Municipal de Hortas Urbanas. Diário Oficial do Município, Curitiba, PR, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2020/00238738.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2025.

FORNAZIER, Armando; BELIK, Walter. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 20, n. 2, p. 204–218, 2013. DOI: 10.20396/san.v20i2.8634598. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634598>. Acesso em: 03 dez. 2024.

GUERRA, João Guilherme B. Políticas públicas para a agroecologia no Brasil: avanços e desafios. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 6–11, 2016.

NETO, Alberto Bracagioli; DAL SOGLIO, Fábio Kessler. **Metodologias participativas e sistematização de experiências em agroecologia**. Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. Porto Alegre: UFRGS, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/256697/001155095.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SCHMITZ, Heribert. O papel da agroecologia na segurança alimentar e na inclusão social. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 46, n. 2, p. 12–17, 2017.